



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

INSTRUÇÃO DO PERÍODO

Processo TC 5638/989/16
Poder LEGISLATIVO
Município Álvares Machado
Entidade CÂMARA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO
Período 12/2017
Relator Dra. Cristiana de Castro Moraes
Unidade Fiscalizadora UR-05 UNIDADE REGIONAL DE PRESIDENTE PRUDENTE
Responsável LUIZ FRANCISCO BOIGUES
Cargo PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
CPF 069.779.058-40
Período de Gestão 01/01/2017 a 31/12/2020

Em atendimento ao disposto nas Instruções N°2/08 e na Ordem de Serviço SDG 02/09, temos a informar o seguinte:

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Todos os documentos exigidos foram entregues, sendo que os documentos abaixo indicados foram entregues intempestivamente:

Tipo de Documento	Mês	Ano
BALANCETE ISOLADO CONTA CONTABIL	12	2017
BALANCETE ISOLADO CONTA CORRENTE	12	2017
Questionário sobre Transporte	12	2017

2 - Assunto de Fiscalização: LRF

2.1 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Período

A análise encontra-se prejudicada uma vez que o Poder não possui Restos a Pagar

2.2 - GF27 - Despesas com Pessoal

Visando a um melhor acompanhamento, demonstramos a seguir as informações apuradas nos três quadrimestres imediatamente anteriores, bem como no quadrimestre ora analisado:

Período	Gastos	RCL	% Gasto	% Permitido Legal
12/2016	R\$ 1.153.940,28	R\$ 54.105.358,03	2,1328%	6,0000%
4/2017	R\$ 1.190.562,74	R\$ 53.671.317,49	2,2182%	6,0000%
8/2017	R\$ 1.225.981,91	R\$ 56.154.342,92	2,1832%	6,0000%
12/2017	R\$ 1.267.061,04	R\$ 56.098.201,09	2,2586%	6,0000%

Diante dos elementos apurados acima, verificamos que a despesa total com pessoal não superou o limite previsto no art. 20, inciso III, da Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000, não sendo necessária a emissão de alerta ao Poder em tela, tendo em vista que o percentual apurado acima não ultrapassou aquele previsto no art. 59, § 1º, inciso II, da Lei supracitada.

2.3 - GF36 - Despesas com Pessoal (último ano de mandato/ano eleitoral)

Período	Desp. Pessoal	RCL	% Gasto	% Ref.
6/2017	R\$ 1.210.496,55	R\$ 54.782.298,38	2,2096%	2,2096%
7/2017	R\$ 1.216.704,68	R\$ 55.874.413,64	2,1776%	2,2096%
8/2017	R\$ 1.225.981,91	R\$ 56.154.342,92	2,1832%	2,2096%
9/2017	R\$ 1.230.531,16	R\$ 57.066.588,03	2,1563%	2,2096%
10/2017	R\$ 1.237.857,62	R\$ 57.701.528,90	2,1453%	2,2096%
11/2017	R\$ 1.255.665,88	R\$ 56.780.020,31	2,2115%	2,2096%
12/2017	R\$ 1.267.061,04	R\$ 56.098.201,09	2,2586%	2,2096%

A despesa com pessoal no encerramento do mês 12/2017, calculada na forma do art.18, § 2º da LRF, importou em 2,2586%, sendo verificado acréscimo em relação ao percentual apurado em 6/2017, devendo, portanto, o Poder em questão ser alertado para fins de

observar a vedação contida no parágrafo único dos artigos 21 e 22 da LRF.
Em relação ao período dos 180 dias finais de mandato, verificou-se acréscimo percentual em relação ao apurado no mês de 6/2017, no(s) mês(es) acima indicados, situação que deverá ser confirmada por ocasião da inspeção "in loco", para fins do disposto no art.21, parágrafo único da LRF.

2.4 - GF37 - Análise das despesas assumidas nos últimos quatro bimestres (Art. 42 da LRF)

Disponibilidade Financeira em 30/04	R\$ 380.547,71
(-) Saldo de Restos a Pagar até 30/04	R\$ 0,00
(-) Empenhos Liquidados a Pagar até 30/04	R\$ 32.999,82
(-) Anulação de Empenhos Liquidados até 30/04	R\$ 0,00
(-) Cancelamento de Restos a Pagar Processados até 30/04	R\$ 0,00
(=) (In)Disponibilidade Líquida em 30/04	R\$ 347.547,89
Disponibilidade Financeira em 31/12	R\$ 290.216,79
(-) Saldo de Restos a Pagar EM 31/12	R\$ 0,00
(-) Cancelamento de Empenhos Liquidados até 31/12	R\$ 0,00
(-) Cancelamento de Restos a Pagar Processados até 31/12	R\$ 0,00
(=) (In)Disponibilidade Líquida em 31/12	R\$ 290.216,79
Percentual de variação entre e a Disponibilidade Líquida em 31/12 e 30/04	-16,4959%

O resultado da disponibilidade líquida em 31/12 demonstra que o órgão tem disponibilidade financeira frente às despesas contraídas nos últimos 8 meses finais de mandato do Chefe do Poder, situação que deverá ser confirmada "in loco" para fins de verificação do cumprimento do art.42 da LRF

2.5 - GF52 - Dívida de Curto Prazo

Nomenclatura	Saldo Período Anterior	Movimento do Período		Saldo Para o Período Seguinte
		Inscrição	Baixa	
<u>Restos a Pagar Processados</u>	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<u>Restos a Pagar Não</u>				

Processados	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Consignações	R\$ 0,00	R\$ 54.079,46	R\$ 54.079,46	R\$ 0,00
Depósitos	R\$ 0,00	R\$ 691.920,93	R\$ 691.920,93	R\$ 0,00
Outros	R\$ 0,00	R\$ 1.602.721,15	R\$ 1.602.721,15	R\$ 0,00
Total	R\$ 0,00	R\$ 2.348.721,54	R\$ 2.348.721,54	R\$ 0,00

2.6 - GF53 - Limite Constitucional para gasto com Folha de Pagamento

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 42,18%, valor este inferior ao limite estabelecido no §1º do artigo 29A da Constituição Federal de 1988.

Repasse total da Prefeitura	R\$ 2.302.050,00
Despesas com inativos e pensionistas	R\$ 157.603,55
Despesas com folha de pagamento	R\$ 1.062.121,97
Despesa com folha/Transferências realizadas	42,18%
Percentual máximo (Emenda Constitucional nº 25/2000)	70,00%

2.7 - GF54 - Limitação baseada em 5% da Receita do Município

Receita Tributária Ampliada do Exercício Anterior	R\$ 36.194.426,94
Despesa total com remuneração de Vereadores	R\$ 345.951,74
Limite art.º 29-A da CF/88	5,00%
Apuração do limite	0,96%

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 0,96%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29, inciso VII da Constituição Federal de 1988.

2.8 - GF55 - Limite da Despesa Legislativa

População do Município (*)	24651
Receita Tributária Ampliada exercício anterior	R\$ 36.194.426,94
Percentual Máximo Permitido	7,00%
Valor Permitido para Repasses	R\$ 2.533.609,88
Total de Despesas do exercício	R\$ 1.443.324,21
Percentual Apurado	3,99%

(*) Dados IBGE ano anterior, conforme TC 57/020/14 e TC 396/020/16.

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 3,99%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29A, Caput, da Constituição Federal de 1988.

3 - Assunto de Fiscalização: ANALISE OCP

3.1 - ANALISE OCP

Diante dos elementos apurados, verifica-se que o Órgão observou a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades.

Os valores que não se referem ao período examinado são extraídos dos relatórios de Instrução Anteriores.

Data da Geração: 07/04/2018
Hora da Geração: 02:27:22